

IMIGRANTES E AGENDA POLÍTICO-ELEITORAL: A VISIBILIDADE DA IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016¹

Claudia Siqueira Baltar²

Ronaldo Baltar³

Maria Fernanda Bleck Vieira⁴

RESUMO

Considerando o cenário contemporâneo das migrações internacionais, o presente trabalho tem por objetivo analisar a “visibilidade” dos migrantes internacionais “Sul-Sul” no cenário político local. O recorte empírico da análise são os programas político-partidários das eleições municipais de 2016, disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e os registros administrativos de entradas de imigrantes, do Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE), vinculado à Polícia Federal. Foram analisados diferentes grupos de municípios: capitais estaduais, municípios de fronteira, centros regionais e municípios da Região metropolitana de Londrina. As análises empreendidas ao longo do trabalho, por um lado, forneceram elementos importantes para a reflexão sobre os desafios inerentes à presença dos migrantes internacionais no cenário político local e, por outro, permitiram a definição de fatores relacionados à entrada desses migrantes na agenda político-eleitoral.

PALAVRAS-CHAVE: Imigrantes Sul-Sul; eleições municipais; programas político-partidários; visibilidade política.

¹ Trabalho submetido em 02/08/18 e aprovado em 04/12/18. Para citar este artigo: BALTAR, C. S. Imigrantes e a agenda político-eleitoral: a visibilidade da imigração internacional contemporânea nas eleições municipais de 2016. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 34, n. 1, [in press], jan./jun., 2019. DOI: 10.33148/CES2595-4091v.34n.120191760. Disponível em: < <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>. Acesso em: dia mês, ano. [v. em edição].

² Doutora em Demografia pela UNICAMP (2008), docente e pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina -PR e coordenadora do Observatório das Migrações de Londrina/UEL. E-mail: claudiasbaltar@gmail.com

³ Doutor em Sociologia pela USP (1996), docente e pesquisador do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina -PR e colaborador do Observatório das Migrações de Londrina/UEL. E-mail: ronaldo.baltar@gmail.com

⁴ Mestranda em Ciências Sociais pela UEL, membro do Observatório das Migrações de Londrina, da Universidade Estadual de Londrina -PR. E-mail: mfbleck@gmail.com

IMMIGRANTS AND THE POLITICAL-ELECTORAL AGENDA: THE VISIBILITY OF CONTEMPORARY INTERNATIONAL IMMIGRATION IN THE MUNICIPAL ELECTIONS OF 2016

ABSTRACT

Considering the contemporary scenario of international migration, this paper aims to analyze the "visibility" of international "South-South" migrants in the local political scene of Londrina, Brazil. The empirical analysis is based on the political programs of the municipal elections of 2016, made available by the Superior Electoral Court (TSE), and administrative records of immigrant entries of the National Registration System for Foreigners (SINCRE), linked to the Federal Police. Different groups of municipalities were analyzed: state capitals, border municipalities, regional centers and municipalities of the metropolitan region of Londrina. The analysis carried out over the course of the study provided important elements to reflect on the challenges inherent in the presence of international migrants in the local political scenario and, on the other hand, it allowed the definition of specific factors related to the entry of these migrants into the political- electoral agenda.

KEYWORDS: South-South Immigrants; Municipal elections; Political party programs; Political visibility.

INMIGRANTES Y LA AGENDA POLÍTICO-ELECTORAL: LA VISIBILIDAD DE LA INMIGRACIÓN INTERNACIONAL CONTEMPORÁNEA EN LAS ELECCIONES MUNICIPALES DE 2016

RESUMEN

Considerando el escenario contemporáneo de las migraciones internacionales, el presente trabajo tiene por objetivo analizar la "visibilidad" de los migrantes internacionales "Sur-Sur" en el escenario político local de Londrina, Brasil. El recorte empírico del análisis son los programas político-partidarios de las elecciones municipales de 2016, puestos a disposición por el Tribunal Superior Electoral (TSE), y los registros administrativos de entradas de inmigrantes del Sistema Nacional de Registro de Extranjeros (SINCRE), vinculado a la Policía Federal. Se analizaron diferentes grupos de municipios: capitales estaduais, municipios de frontera, centros regionales y municipios de la Región Metropolitana de Londrina. Los análisis emprendidos a lo largo del trabajo, por un lado, proporcionaron elementos importantes para la reflexión sobre los desafíos inherentes a la presencia de los migrantes internacionales en el escenario político local y, por otro, permitieron la definición de factores relacionados a la entrada de estos migrantes en la agenda político-electoral.

PALABRAS CLAVE: Inmigrantes Sur-Sur; Elecciones municipales; Programas político-partidistas; Visibilidad política.

1 INTRODUÇÃO

As primeiras décadas do século XXI assistiram a uma maior intensificação da circulação de pessoas pelas fronteiras internacionais, motivadas pelas mais diversas motivações, que envolvem desde turismo e viagem para estudos e missões religiosas, até mão-de-obra altamente qualificada, trabalhadores temporários precários, migração “clandestina”, tráfico de pessoas, refugiados de guerra e ambientais, entre tantos outros.

Se até há pouco tempo, o Norte geográfico, por seu dinamismo econômico, estabilidade política e acesso a direitos, constituía-se no destino definitivo preferido de grande parcela dos migrantes internacionais, o curto espaço de tempo transcorrido do século XXI, vem apontando para a emergência dos países do Sul geográfico, seja devido a surtos de crescimento econômico, seja devido a uma maior restrição à imigração imposta pelos países desenvolvidos, como um destino nada temporário de crescentes fluxos migratórios, oriundos de outros países do Sul geográfico, de médio ou baixo desenvolvimento.

Dessa forma, diante de uma maior complexidade denotada às migrações internacionais contemporâneas, em termos de expressividade numérica, de diferentes direções e de significados, crescem também, internacionalmente, a preocupação e o interesse em se investigar as diferentes dimensões do fenômeno migratório, contribuindo para a configuração de agendas de pesquisas, em academias e organizações internacionais, voltadas, em especial, numa dimensão política, para a inserção e à integração desse imigrante no contexto da sociedade de destino (CARVALHAIS; OLIVEIRA, 2015; HUDDLESTON et al., 2015).

Movimento semelhante se verifica no cenário nacional, onde a crescente entrada de migrantes internacionais, nos últimos anos, especialmente os do tipo “Sul-Sul”, têm estimulado uma rica e diversificada produção acadêmica e institucional, que busca dar conta da complexidade e fluidez que revestem esses processos migratório (BAENINGER et al, 2018, 2016; VENTURA et al, 2017; DUTRA, 2013).

Diante deste cenário, esse trabalho constitui-se numa contribuição ao debate sobre a visão do imigrante internacional contemporâneo como um sujeito de direitos políticos, desenvolvido a luz da bibliografia internacional mobilizada (CARVALHAIS; OLIVEIRA, 2013; HUDDLESTON et al., 2015), que enfatiza aspectos específicos da participação política, como o direito de voto aos imigrantes e o espaço dado aos imigrantes no interior das estruturas dos partidos políticos.

A dimensão empírica do estudo se constitui pela análise das propostas de governo dos candidatos a prefeito nas eleições municipais de 2016, em municípios selecionados, e dos registros administrativos de entradas de imigrantes, no período 2010-2016, constantes no Sistema Nacional de Cadastramentos de Registros de Estrangeiros (SINCRE), vinculado à Polícia Federal, através da qual buscou-se dimensionar a “visibilidade” às questões relacionadas aos migrantes internacionais no cenário político local, no âmbito das agendas político-partidárias.

Pretende-se, com essa análise, contribuir para a reflexão e o debate sobre a “visibilidade” social e política dos migrantes internacionais “Sul-Sul” no contexto político local, além de buscar definir os possíveis fatores relacionados à entrada desses imigrantes na agenda política-eleitoral.

2 DEFINIÇÃO METODOLÓGICA DO ESTUDO

Articular o fenômeno das migrações internacionais contemporâneas a processos de natureza político-eleitoral mostra-se um desafio teórico-metodológico de grande monta, uma vez que, na prática, significa a elaboração de um olhar analítico interdisciplinar sobre duas áreas do conhecimento que possuem, cada uma, produção acadêmica acumulada, aportes teóricos-metodológicos específicos e agendas de pesquisa diversificadas, cujo desenvolvimento acontece sem, necessariamente, apresentar muitos pontos convergentes.

Levando isso em consideração, a proposta que ora se apresenta se baseia na aproximação entre essas duas áreas do conhecimento através da mobilização de elementos que, a partir do debate internacional atual sobre direitos políticos dos imigrantes, se entendeu pertinente para refletir sobre o caso brasileiro, porém sem pretender esgotar toda a complexidade e diversidade dos estudos e pesquisas que as compõem.

Dito isso, passamos para a apresentação das escolhas metodológicas necessárias para a realização deste estudo, as quais são organizadas em três tópicos: 1) recorte espacial; 2) as propostas de governo dos candidatos a prefeito nas eleições de 2016; e 3) a utilização dos dados do Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros/ Polícia Federal (SINCRE/PF) como *proxy* para a imigração internacional ocorrida no período de 2010 a 2016.

Primeiramente, o recorte espacial da análise foi constituído a partir da seleção de 76 municípios, agrupados da seguinte forma:

Imigrantes e a agenda político-eleitoral: a visibilidade da imigração internacional contemporânea nas eleições municipais de 2016

**Claudia Siqueira Baltar
Ronaldo Baltar
Maria Fernanda Bleck Vieira**

- 1) As 26 capitais estaduais foram selecionadas por se tratar das cidades que, devido às funções políticas, econômicas e sociais que desempenham, tenderiam a ser a principal área de concentração de imigrantes em cada Unidade da Federação (UF), além de servir de estratégia para cobrir todo o território nacional⁵;
- 2) Sete municípios de fronteira situados nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Pacaraima, cuja seleção se baseou em literatura especializada (PEGO et al, 2017; PERES, 2012; BAENINGER et al., 2016) , considerando nível de interação fronteiriça e importância para circulação contemporânea de pessoas entre as fronteiras;
- 3) Dezoito municípios considerados como centros regionais, localizados nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Paraná, sendo que os municípios paulistas e catarinenses foram selecionados com base nos estudos sobre imigração contemporânea no contexto local (BAENINGER et al, 2016), e os municípios paranaenses foram selecionados para atender os objetivos do projeto de pesquisa no qual o trabalho se insere;
- 4) Os Municípios da Região Metropolitana de Londrina foram considerados por se tratar de área de interesse principal do projeto de pesquisa, para o qual recebe financiamento de agência de fomento.

Em segundo lugar, a escolha pela análise das propostas de governo dos candidatos a prefeito nas eleições municipais de 2016 baseou-se no debate internacional sobre o acesso a direitos políticos pelos imigrantes nos países europeus.

No debate europeu, diferentes autores destacam a complexidade da relação entre a crescente presença de imigrantes nos diversos países do continente e o exercício pleno da cidadania. No que se refere à participação política, esses estudos destacam, especialmente, questões relacionadas a direito de associação, acesso à naturalização, participação em associações políticas, participação em concurso público, presença em partidos políticos, direito de voto, as quais vêm fazendo parte do cenário político dos diferentes países europeus, desde as décadas finais do século XX (CASTLES, 2002, 1984; JACOBS, 1999; CARVALHAIS; OLIVEIRA, 2015).

Diante desse aporte teórico, se considerou que as eleições municipais de 2016 seria um momento propício para se “medir” a forma como a questão imigratória estava sendo capitaneada pelos partidos políticos, uma vez que dois aspectos contribuiriam para a “visibilidade”, tanto do debate no contexto nacional e do imigrante como agente de direitos:

- Por um lado, a proximidade do momento auge de entradas de imigrantes no país, expresso pela entrada de elevado contingente de haitianos e refugiados sírios, nos anos de 2013 a 2015 (OLIVEIRA, 2017);

⁵ Destacamos que Brasília, embora esteja entre as cidades com importante presença de imigrantes internacionais, não foi considerada neste estudo porque a capital federal não participa das eleições municipais, e essa condição é o aspecto central do trabalho.

- Por outro, pelo “novo fôlego” alcançado pelo debate sobre o projeto de lei substitutivo do Estatuto do Estrangeiro, no momento de sua tramitação no Congresso Nacional, que contará com diversos representantes governamentais, representantes religiosos, academia, ONG’s de apoio ao imigrante no país, entre outros (VEDOVATO; ASSIS, 2018; ASSIS, 2018).

Complementarmente, considerou-se que as propostas de governo, apresentados pelos candidatos no momento do registro de sua candidatura, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, poderiam ser considerados como os meios através dos quais pudesse se captar a forma como os partidos políticos e candidatos a prefeito reconheciam e identificavam as questões relacionadas aos migrantes internacionais contemporâneos.

Metodologicamente, a consideração dessas propostas de governo como objeto de análise apresenta alguns desafios. Num levantamento bibliográfico preliminar, não se identificou qualquer estudo utilizando esse tipo de material, embora haja uma certa diversidade de pesquisas sobre os programas eleitorais televisivos, os debates entre candidatos e o marketing eleitoral (CADERNOS ADENAUER, 2013; RIBEIRO, 2004; TELLES et al, 2009).

Apesar disso, considerou-se as propostas de governo como um instrumento apropriado para se medir a visibilidade dada aos migrantes internacionais contemporâneos no contexto político-eleitoral local, pelos partidos políticos.

Na prática, foi realizada uma análise de conteúdo de 396 propostas de governo, tendo como objetivo a avaliação da presença ou não de questões relativas aos migrantes internacionais contemporâneos, através da identificação de determinadas palavras-chave, classificadas em dois grupos: 1) termos principais: “imigrante internacional”, “refugiado”, “haitiano”, “boliviano”, “estrangeiro”; 2) termos secundários: “xenofobia” ou similar. Em situações em que surgiram referências muito genéricas contra qualquer tipo de discriminação, e nada explícita à figura do imigrante internacional ou refugiado, decidiu-se por considerá-los como casos que NÃO contemplam a questão migratória.

Por fim, faz-se necessária a justificativa de se utilizar os dados de entradas de imigrantes do Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros, da Polícia Federal (SINCRE/PF), como uma *proxy* para análise da migração internacional no período mais recente.

Nesse sentido, diferentes estudos (OLIVEIRA, 2015; CUNHA, 2012, 2011; RIGOTTI, 2011, 1999; CARVALHO; CAMARGO, 1992; CARVALHO, 1985; MARTINE, 1984) apontam para a importância dos censos demográficos decenais como fontes de informação para os estudos das migrações internas e internacionais, destacando entre as suas vantagens as possibilidades de cruzamento entre as informações de migração e as variáveis socioeconômicas e demográficas, a captação de estoques e fluxos migratórios, além dos diferentes recortes espaciais e diferentes modalidades de migração e deslocamentos populacionais.

Porém, entre as desvantagens relacionadas às fontes censitárias, a periodicidade decenal constitui-se numa característica bastante limitadora para os propósitos deste trabalho. Assim, a defasagem temporal entre a realização do último censo demográfico, em 2010, e as eleições municipais de 2016, torna necessária a utilização de uma outra fonte de informação sobre migrantes internacionais.

Uma alternativa a essa situação vem se constituindo através da utilização dos registros administrativos do Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE), sob a competência do Departamento de Polícia Federal (DPF), como uma fonte de dados bastante profícua para os estudos sobre os movimentos migratórios internacionais, em períodos mais recentes⁶.

Quanto à natureza dessa base de dados, de acordo com Oliveira (2015), ressalta-se que, diferentemente dos censos demográficos, as informações do SINCRE não possuem caráter domiciliar, não possuem finalidades estatísticas e não foram concebidos para a análise do movimento migratório.

Enquanto registros administrativos, os dados do SINCRE são compostos pelo cadastramento dos estrangeiros com visto de entrada regular no país, compreendendo, temporária ou permanentemente, diversas situações como: entradas para trabalho, estudos, missões religiosas, pesquisa e ensino, estágios em empresas, prestação de serviço, reunião familiar, asilo, entre outros, ficando de fora desta base aqueles que vêm para o país na condição de turista.

⁶ Oliveira (2015) destaca outras bases de registros administrativos, cujas informações podem ser utilizadas nos estudos de migrações internacionais, entre as quais destacam-se: a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); bases da Coordenação Geral de Imigração (CGI) e do Conselho Nacional de Imigração (CNIg); e o Sistema de Solicitação de Refúgio, vinculado ao Ministério da Justiça e CONARE (Comitê Nacional para Refugiados).

Complementarmente, com base em Oliveira (2015), ressaltamos ainda a necessidade de cuidados adicionais no emprego desta base para fins de análise migratória, dentre os quais dois merecem atenção: primeiro, o fato da base poder comportar mais de uma entrada por pessoa, dado que um indivíduo pode passar da condição de temporário para permanente, e, segundo, a consideração de que as informações espaciais e temporais refere-se ao momento de entrada do imigrante no país ou a sua entrada no sistema, as quais nem sempre coincidem com as suas informações de residência.

Feitas essas considerações a respeito da base de informações utilizada, passaremos para os dados organizados para esse trabalho. Assim, tendo em vista que esses registros administrativos serão usados como uma forma de se dimensionar o movimento migratório internacional e contrastar com a análise sobre as propostas de governo realizada na seção anterior, cabe fazer algumas observações sobre os dados trabalhados.

Nesse sentido, optou-se por trabalhar com os dados de entrada dos imigrantes no período de 2010 a 2016, por considerar que esse recorte compreende um movimento migratório expressivo para o Brasil, devido, principalmente, à imigração haitiana e ao fluxo de refugiados, além da própria proximidade temporal com o momento de realização das eleições municipais de 2016.

Além disso, vale destacar que, para a presente análise, considerou-se interessante classificar esses dados de acordo com a modalidade “Sul-Sul”⁷. De acordo com alguns estudos (BAENINGER et al., 2018; OIM, 2012), as “migrações Sul-Sul”, que envolvem fluxos migratórios entre países em desenvolvimento ou pobres, ao longo das primeiras décadas do século XXI, vêm ultrapassando e contrastando com as tradicionais migrações “Sul-Norte”, que, geralmente, envolveram fluxos migratórios de países em desenvolvimento ou pobres para países com elevado desenvolvimento.

Segundo Baeninger et al. (2018), um maior incremento quantitativo e uma maior complexidade das migrações “Sul-Sul” também têm sido vivenciado na América Latina, especialmente o Brasil, onde diferentes fluxos de migrantes, saídos de contextos socioeconômicos e políticos em crise, se deparam com uma realidade caracterizada por

⁷ Para o presente estudo, definiu-se como migrantes “Sul-Sul” aqueles provenientes dos países da América do Sul, América Central, África, Oriente Médio (com exceção de Israel) e as diferentes porções da Ásia (com exceção do Japão, China, Coréia do Norte, Coréia do Sul, Taiwan, Hong-Kong).

desafios econômicos, laborais, de acesso a serviços públicos, políticos, institucionais, que colocam em cheque a capacidade de resiliência desses imigrantes no local de destino.

Diante desse quadro, entende-se que os migrantes “Sul-Sul” constituiriam, no contexto analisado, o público-alvo principal para se pensar políticas públicas e, conseqüentemente, as agendas político-partidárias em períodos eleitorais.

3 POLÍTICA E IMIGRAÇÃO: DO DEBATE INTERNACIONAL À UMA AGENDA NACIONAL

Questões envolvendo acesso a direitos políticos por parte dos não-nacionais fazem parte da agenda dos países desenvolvidos, especialmente os europeus, pelo menos, desde o final da década de 1980. Nesses sentido, diferentes estudiosos da temática, como Castles (2002; 1984), Jacobs (1999) e Carvalhais e Oliveira (2015), destacam a complexidade das questões migratórias e de cidadania, que envolviam tanto imigrantes provenientes de ex-colônias africanas e asiáticas de vários países europeus, como a circulação de trabalhadores no próprio continente europeu (de países do Sul em direção ao Norte; e de porção Leste para o Oeste).

Assim, o que podemos destacar é que questões relacionadas a direito de associação, acesso à naturalização, participação em associações políticas, participação em concurso público, presença em partidos políticos, direito de voto, vêm fazendo parte do cenário político dos diferentes países europeus, desde as décadas finais do século XX.

Complementarmente, destaca-se que, com a intensificação e maior complexidade das migrações internacionais após os acontecimentos, em curso ao longo da primeira década do século XXI, tem se intensificado o debate sobre as diferentes formas de direitos políticos como estratégia de integração do imigrante na sociedade receptora e o estímulo a boas práticas, por parte dos governos, nesse sentido de promover inserção ou de integração dos migrantes internacionais no contexto da sociedade de destino, seja por parte de iniciativas individuais dos países, seja por iniciativa da União Europeia (CARVALHAIS; OLIVEIRA, 2013; HUDDLESTON et al., 2015).

No contexto nacional, devido à própria recenticidade das migrações internacionais contemporâneas, tanto como uma questão sócio-política complexa, quanto como objeto de pesquisas científicas, nota-se que, na bibliografia até então levantada, ainda não é possível falar de uma produção científica estritamente política sobre o fenômeno; no entanto, é

possível reconhecer uma importante produção sobre esses processos migratórios, tangenciando-se dimensões como políticas públicas, atuação de organizações de apoio, associativismo migrante, legislação, organizações internacionais, entre outras (BAENINGER et al., 2016, 2018; PRADO; COELHO, 2015; DUTRA, 2013).

Diante disso, esse trabalho constitui-se numa contribuição ao debate sobre a visão do imigrante internacional contemporâneo como um sujeito de direitos políticos, desenvolvido a luz da bibliografia internacional mobilizada (CARVALHAIS; OLIVEIRA, 2013; HUDDLESTON et al., 2015), que enfatiza aspectos específicos da participação política, como o direito de voto aos imigrantes e o espaço dado aos imigrantes no interior das estruturas dos partidos políticos.

Mais especificamente, a pesquisa realizada aqui voltou-se, como já exposto na seção metodológica, ao espaço dado a questões relacionadas à presença da imigração internacional contemporânea nas propostas de governo dos candidatos a prefeito, nas eleições municipais de 2016, em 76 municípios selecionados (também já justificados na seção metodológica).

Por sua vez, foi realizada uma análise de conteúdo das propostas de governo, num total de 396 propostas, tendo como objetivo a avaliação da presença ou não de questões relativas aos migrantes internacionais contemporâneos, através da identificação de determinadas palavras-chave, classificando em dois grupos: 1) termos principais: “imigrante internacional”, “refugiado”, “haitiano”, “boliviano”, “estrangeiro”; 2) termos secundários: “xenofobia” ou similar. Em situações em que surgiram referências muito genéricas contra qualquer tipo de discriminação, e nada explícita à figura do imigrante internacional ou refugiado, decidiu-se por considera-los como casos que NÃO contemplam a questão migratória.

Esclarecido isso, iniciaremos nossa análise pelas capitais estaduais. Nesse sentido, no quadro 1, encontram-se as informações relativas à presença da temática migratória nos respectivos propostas de governo.

Quadro 1 - População total (2010), número de candidatos e presença da temática imigração
Capitais estaduais, eleições municipais de 2016

Capitais	População 2010	Candidatos	Propostas temática	com
São Paulo	11.253.503	11		5
Campo Grande	786.797	15		3
Belo Horizonte	2.375.151	11		2
Fortaleza	2.452.185	8		2
Florianópolis	421.240	7		2
Rio de Janeiro	6.320.446	11		1
Recife	1.537.704	8		1
Porto Alegre	1.409.351	9		1
Belém	1.393.399	10		1
Maceió	932.748	8		1
Teresina	814.230	7		1
Natal	803.739	7		1
Aracaju	571.149	7		1
Cuiabá	551.098	6		1
Macapá	398.204	7		1
Boa Vista	284.313	9		1
Salvador	2.675.656	7		0
Manaus	1.802.014	9		0
Curitiba	1.751.907	9		0
São Luís	1.014.837	9		0
João Pessoa	723.515	4		0
Goiânia	662.570	7		0
Porto Velho	428.527	7		0
Rio Branco	336.038	4		0
Vitória	327.801	5		0
Palmas	228.332	6		0

Dados: Censo demográfico de 2010 (IBGE); Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração própria.

As capitais estaduais foram selecionadas para análise devido ao papel desempenhado na hierarquia de cidades, concentrando, por um lado, a burocracia político-institucional e, por outro, uma diversidade de bens, serviços e empregos, que pode tanto atrair como facilitar a permanências dos imigrantes no contexto urbano.

Com isso, o pressuposto é de que a presença de imigrantes tenderia a ser relativamente maior nas capitais estaduais e, conseqüentemente, esses grupos sociais poderiam ter também uma maior visibilidade social, o que, por sua vez, poderia se refletir no conteúdo dos programas político-partidários locais.

Analisando o quadro 1, observamos que em dezesseis capitais estaduais a temática dos migrantes internacionais foi contemplada, com destaque para São Paulo, Campo Grande, Belo

Horizonte, Fortaleza e Florianópolis, que registraram, pelo menos, dois candidatos a prefeito, com programas de governo contemplando a temática das migrações internacionais contemporâneas.

Por sua vez, a ausência desta temática foi registrada em dez capitais estaduais. Neste grupo, chama a atenção, por um lado, os casos de Rio Branco e Porto Velho, onde, devido à proximidade com a fronteira, contribui para a expressiva entrada de migrantes no país, especialmente a do tipo “Sul-Sul”, e, por outro, o de Curitiba, cuja posição de quarta capital com maior registro de entradas de imigrantes, ficando atrás somente de São Paulo, Rio de Janeiro e Manaus, contrasta com o silêncio sobre a questão no cenário eleitoral de 2016⁸.

Continuando a análise, o quadro 2 nos permite avaliar a presença da temática das migrações internacionais contemporâneas em municípios de fronteira selecionados. O pressuposto, neste recorte, reside na consideração de que, por se tratar de áreas de entrada e circulação de imigrantes, a temática em questão estaria mais visível no debate político local.

Quadro 2 - População total (2010), número de candidatos e presença da temática imigração
Municípios fronteira selecionados, eleições municipais de 2016

UF	Municípios	População 2010	Candidatos 2016	Programas com temática
PR	Foz do Iguaçu	256.088	5	0
PR	Guairá	30.704	3	0
PR	Barracão	9.735	3	0
RS	Uruguaiana	125.435	3	0
MS	Corumbá	103.703	3	0
MS	Ponta Porã	77.872	3	0
RR	Pacaraíma	10.433	5	0

Dados: censo demográfico de 2010 (IBGE); Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração própria.

Porém, o que notamos quando analisamos essas informações é que, em nenhum dos municípios de fronteira selecionados, os migrantes internacionais estiveram presentes no cenário político-eleitoral de 2016. Mesmo em municípios econômica e demograficamente importantes, como Foz do Iguaçu, Uruguaiana e Corumbá, a expressiva circulação de imigrantes pela fronteira, especialmente a do tipo “Sul-Sul” foi condição suficiente para dar visibilidade e espaço aos imigrantes internacionais no debate eleitoral local.

Centros regionais selecionados, dos estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo, compõem o terceiro grupo de municípios selecionados para a presente análise. Destaca-se que a seleção desses municípios baseou-se em Baeninger et al, (2016) e em avaliações

⁸ Dados referentes à entrada de migrantes internacionais serão apresentados na seção seguinte.

preliminares da base de dados do Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiro (SINCRE), da Polícia Federal, buscando contemplar cidades com expressiva dinamicidade demográfica e econômica e que, ao mesmo tempo, fossem distantes geograficamente das capitais estaduais.

Quadro 3: População total (2010), número de candidatos e presença da temática imigração
Centros regionais selecionados, eleições municipais de 2016

UF	Municípios	População 2010	Candidatos	Programas com temática
SP	Campinas	1.080.113	9	1
SC	Joinville	515.288	8	1
PR	Londrina	506.701	8	1
PR	Maringá	357.077	8	1
RS	Cascavel	286.205	7	1
SC	Criciúma	192.308	5	1
PR	Toledo	119.313	5	1
SC	Balneário Camboriú	108.089	4	1
SP	Ribeirão Preto	604.682	9	0
SP	Santos	419.400	8	0
PR	Ponta Grossa	311.611	5	0
SC	Blumenau	309.011	5	0
SP	Limeira	276.022	7	0
SC	Chapecó	183.530	3	0
SC	Itajaí	183.373	3	0
PR	Umuarama	100.676	5	0
PR	Paranavaí	81.590	5	0
PR	Cianorte	69.958	4	0

Fonte de dados: Censo demográfico de 2010 (IBGE); Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração própria.

Assim, o quadro 3 acabou sendo composto por informações referentes a 18 municípios que apresentam grande heterogeneidade em termos de porte populacional, incluindo desde cidades com cerca de 70 mil habitantes até um município com mais de um milhão de habitantes, como é o caso de Campinas, no estado de São Paulo.

Destaca-se que, em dez municípios, a temática envolvendo migrantes internacionais não foi contemplada por nenhum dos candidatos a prefeito nas eleições de 2016. Essa ausência se deu mesmo em municípios que contam com a presença de associações civis atuantes na representação de imigrantes, como em Blumenau, Chapecó e Itajaí, conforme apontado em Baeninger et al. (2016).

Por outro lado, entre os oito municípios onde a temática das migrações internacionais foi contemplada, destaca-se a presença tanto de Campinas, o centro regional mais populoso do

grupo, como municípios com um pouco mais de 100 mil habitantes, como Toledo e Balneário Camboriú. No entanto, contrariando as expectativas iniciais, em todos esses centros registraram apenas uma ocorrência de programa eleitoral com a temática migratórias, mesmo naqueles com elevado número de candidatos.

O último grupo de municípios analisados é formado por aqueles que compõem a Região Metropolitana de Londrina (RML) e constituem o foco dos estudos do projeto de pesquisa ao qual este trabalho está vinculado.

Embora, atualmente, a RML seja composta por 25 municípios, o quadro 4 apresenta informações populacionais e político-eleitorais para os doze municípios mais populosos pertencentes à RML, com população superior a doze mil habitantes. Neste grupo, somente em dois a temática das migrações internacionais contemporâneas foi contemplada: Londrina e Assaí.

Quadro 4 - População total (2010), número de candidatos e presença da temática imigração Região Metropolitana de Londrina, eleições municipais de 2016

Municípios selecionados	População 2010	Candidatos	Programas com temática
Londrina	506.701	8	1
Assaí	16.354	3	1
Apucarana	120.919	3	0
Arapongas	104.150	3	0
Cambé	96.733	3	0
Rolândia	57.862	2	0
Ibiporã	48.198	2	0
Sertanópolis	15.638	2	0
Bela Vista do Paraíso	15.079	2	0
Porecatu	14.189	3	0
Tamarana	12.262	3	0
Jaguapitã	12.225	2	0

Fonte de dados: Censo demográfico de 2010 (IBGE); Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração própria.

Em primeiro lugar, Londrina, em função da sua centralidade regional, concentrando empregos e uma diversidade de serviços, configura-se como importante espaço de residência e de circulação de imigrantes internacionais, especialmente os do tipo “Sul-Sul”. Porém, embora as eleições de 2016 tenham contado com oito candidatos, apenas um contemplou a temática das migrações internacionais em seu programa político-eleitoral.

Assaí é o segundo município da RML a contemplar a temática das migrações internacionais nas eleições de 2016, cujo conteúdo buscou atender mais ao histórico do

município vinculada às migrações japonesas, do século XX, e não necessariamente às migrações internacionais contemporâneas “Sul-Sul”.

No entanto, o que marca a RML, na verdade, é a grande ausência da temática das migrações internacionais nas eleições municipais de 2016, revelando a invisibilidade da questão no contexto regional. Neste vácuo, chama a atenção os municípios de Rolândia, Cambé e Jaguapitã, cuja ausência no debate político-eleitoral contrasta com a presença crescente de migrantes “Sul-Sul” em seus territórios, dimensionados tanto pelos dados de entrada do SINCRE/Polícia Federal, como pelas informações colhidas através da atuação da Pastoral do Migrante de Londrina⁹.

Para finalizar essa seção, vale destacar que nos limitamos somente a constatar a presença ou não da questão das migrações internacionais nos programas político-eleitorais selecionados, não expondo qualquer reflexão, o que também mostra-se importante para análise, sobre o conteúdo dessas inserções.

Tais reflexões sobre a forma assumida por esses conteúdos nos programas eleitorais foram desenvolvidas em estudo anterior (BALTAR; BALTAR, 2018) a partir do qual, destaca-se, como uma contribuição importante ao debate, a consideração de que uma maior visibilidade será dada aos migrantes internacionais na medida em que os partidos políticos contemplarem explicitamente essa temática em programas eleitorais, na forma de propostas concretas, consistentes com a esfera de atuação do executivo municipal, ao invés de se restringirem somente à defesa de princípios ideológicos gerais – o que a análise mostrou ser mais recorrente nos programas, mas que, no entanto, não contribui para que essa temática seja debatida, de forma efetiva, ao cenário público local.

4 PRESENÇA DOS IMIGRANTES: DIMENSIONANDO OS REGISTROS DE ENTRADA NO PAÍS

Os dados da tabela 1 referem-se ao total de entradas de imigrantes no Brasil, no período 2010-2016, com destaque para a modalidade Sul-Sul, observando, primeiramente, que optou-se por trabalhar a informação sem distinguir entre os tipos de vistos (temporários e permanentes) e sem a desagregação por tipo de amparo, idade, sexo ou profissão.

⁹ Trata-se de informações obtidas através da parceria entre a Pastoral do Migrante e Cáritas Arquidiocesana de Londrina com o projeto de pesquisa que subsidia este estudo.

Tabela 1 - Quantidade e percentual (%) de entradas de estrangeiros/imigrantes
Brasil, 2010-2016

ANOS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL 2010- 2016
Total entradas	555.152	775.890	1100.773	1112.607	1122.646	1103.641	994.133	664.842
Modalidade								
Sul-Sul	226.403	339.205	557.026	666.582	772.392	663.751	660.891	386.250
% Sul-Sul	447,9	551,7	556,6	559,1	559,0	661,5	664,7	58,1

Fonte: Sistema Nacional Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRES), DPF, 2010-2016. Elaboração própria.

Dito isso, destaca-se que houve um crescimento contínuo, nas entradas anuais de imigrantes entre 2010 e 2014, com um inflexão em 2015 e 2016, sendo que o mesmo padrão se verifica com relação às entradas da modalidade “Sul-Sul”. Esse movimento de entradas de imigrantes, no período 2010-2016, totalizou um montante de cerca de 664,8 mil entradas, dos quais 386,2 mil (58%) referem-se à migração Sul-Sul.

Além da expressiva entrada de imigrantes no país, em anos recentes, o que chama a atenção é o crescimento contínuo do peso relativo da migração “Sul-Sul”, que passou de cerca de 48%, em 2010, para, aproximadamente, 65% em 2016, corroborando os apontamentos da literatura especializada.

Na Tabela 2, apresentamos as informações referentes aos registros de entrada de imigrantes para todas as capitais estaduais. Nela, além da soma de todas as entradas de imigrantes “Sul-Sul” e respectivo percentual, no período 2010-2016, apresenta-se também um indicador do peso dessa imigração na população de cada município (calculado através da razão entre a soma das entradas Sul-Sul sobre a população censitária de 2010¹⁰, multiplicado por 10.000).

¹⁰ Dados apresentados na seção anterior.

Tabela 2 - Soma número de entradas e peso (%) imigrantes “Sul-Sul”
Capitais estaduais, 2010-2016

CAPITAIS	Soma SUL-SUL	% SUL-SUL	SUL-SUL /POP 2010(por 10 mil)
São Paulo	118.236	66,7	105,1
Rio de Janeiro	28.579	35,3	45,2
Manaus	7.382	62,3	41,0
Curitiba	7.226	52,8	41,2
Porto Alegre	6.939	58,9	49,2
Florianópolis	6.071	55,2	144,1
Belo Horizonte	4.949	46,1	20,8
Salvador	3.982	38,8	14,9
Fortaleza	3.309	36,5	13,5
Recife	2.553	37,5	16,6
Cuiabá	2.091	80,4	37,9
Porto Velho	1.754	86,2	40,9
São Luiz	1.733	50,9	17,1
Vitória	1.627	38,9	49,6
Goiânia	1.614	47,8	24,4
Campo Grande	1.342	73,2	17,1
Natal	1.212	29,3	15,1
Belém	1.128	48,4	8,1
Boa Vista	1.009	91,9	35,5
Rio Branco	868	92,3	25,8
Macapá	733	83,0	18,4
João Pessoa	635	19,8	8,8
Aracajú	564	42,8	9,9
Maceió	511	37,5	5,5
Teresina	265	39,8	3,3
Palmas	132	37,2	5,8
BRASIL	386.250	58,1	20,3

Fonte: Sistema Nacional Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE), DPF. Elaboração própria.

A primeira observação a ser feita refere-se aos dados nacionais. Assim, destaca-se que, entre 2010 e 2016, registraram entrada, no Brasil, um total de 386.250 migrantes “Sul-Sul”, o que correspondeu a 58% de todas as entradas feitas neste período. Por fim, considerando que a população total do país era de 190.732.694 habitantes, em 2010, o impacto dessas entradas foi de 20,3 migrantes “Sul-Sul” para cada 10.000 habitantes.

Passando para análise das capitais estaduais, primeiramente, destaca-se a heterogeneidade presente entre estas cidades quanto ao seu envolvimento neste processo das migrações internacionais recentes, expressa pelos registros totais de entradas de migrantes “Sul-Sul”, no período considerado, que variou desde o maior número de entradas,

representado por São Paulo, com cerca de 118 mil registros, até a menor participação nesse processo, com Palmas compreendendo somente 132 entradas.

Contrastando com as informações sobre os programas político-eleitorais, apresentados na seção anterior, observamos que, das cinco capitais com número de entradas de migrantes, Manaus e Curitiba não contemplaram a temática migratória as eleições municipais de 2016, e, por outro lado, entre as que contemplaram, temos São Paulo, com cinco candidatos abordando a temática, enquanto Rio de Janeiro e Porto Alegre, apesar da expressiva presença de imigrantes “Sul-Sul”, em especial na primeira capital, e do elevado número de competidores, a questão das migrações internacionais foi abordada somente por um candidato.

Considerando, por sua vez, a participação relativa das migrações “Sul-Sul” no total das entradas de imigrantes, em cada capital, observa-se que não há uma convergência entre uma maior proporção daqueles migrantes e a presença da temática migratória nas eleições municipais.

Assim, entre aquelas capitais que contemplaram esta questão, a proporção de migrantes “Sul-Sul” varia entre os patamares mais elevados, superiores a 80%, como em Boa Vista e Macapá, e patamares mais baixos, em torno de 30 a 35%, como Rio de Janeiro e Natal. O mesmo padrão se verifica junto ao grupo das capitais que não contemplaram a temática migratória, cujas proporções variaram entre cerca de 90%, em Rio Branco, e 20%, em João Pessoa.

Já a informação relativa ao peso da migração “Sul-Sul” sobre a população total do município nos revela a diversidade entre as capitais estaduais no impacto que essa migração assume no contexto local.

Nesse sentido, destaca-se uma grande variedade de valores, entre os maiores, que foram observados em Florianópolis e São Paulo (144 e 105 imigrantes para cada 10.000 habitantes, respectivamente), contrastando com os menores valores encontrados em Teresina e Maceió (3,3 e 5,5 imigrantes para cada 10.000 habitantes).

No entanto, mesmo que as capitais com os maiores indicadores de impacto dessa migração componham o grupo de cidades com maior identificação de programas com a temática migratória, também não é possível afirmar uma convergência entre um maior impacto e uma maior presença da questão por parte dos programas político-partidários.

Com isso, o que a análise a partir das capitais estaduais nos permite afirmar é que, para que a questão das migrações internacionais ganhem visibilidade no debate político-eleitoral

Imigrantes e a agenda político-eleitoral: a visibilidade da imigração internacional contemporânea nas eleições municipais de 2016

**Claudia Siqueira Baltar
Ronaldo Baltar
Maria Fernanda Bleck Vieira**

local é importante a existência de uma relativa expressividade numérica de migrantes internacionais “Sul-Sul” – condição que pode ser complementada por uma maior participação desse tipo de migração no total de entradas de migrantes e/ou por uma maior impacto dessa migração na população total do município considerado.

Porém, apesar disso, foi possível observar que essa dimensão quantificável da imigração, embora importante, ela não é suficiente para que as questões relacionadas às migrações nacionais contemporâneas adentrem o debate político local. Outras condições tornam-se necessárias para isso, o que será discutido subsequentemente.

Essa insuficiência de uma presença expressiva dos migrantes no contexto local é reforçada quando se observa os dados referentes aos municípios de fronteira selecionados, apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 - Soma número de entradas e peso (%) imigrantes “Sul-Sul”

UF	MUNICÍPIOS	Soma SUL-SUL	% SUL-SUL	SUL-SUL /POP (por 10 mil)
PR	Foz de Iguaçu	5.879	95,0	229,6
MS	Corumbá	1.019	98,3	98,3
MS	Ponta Porã	958	92,8	123,0
RS	Uruguaiana	676	95,2	53,9
PR	Guaira	192	96,5	62,5
PR	Barracão	123	97,6	126,3
RR	Pacaraíma	71	97,3	68,1

Fonte: Sistema Nacional Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE), DPF. Elaboração própria. Municípios de fronteira selecionados, 2010-2016.

Na seção anterior, foi destacado que, em nenhum dos municípios de fronteira selecionados, a temática dos migrantes internacionais foi contemplada nos programas dos candidatos a prefeito, nas eleições de 2016, contrastando com os dados da tabela 3, que evidenciam uma presença numérica expressiva de migrantes “Sul-Sul”, tanto em termos absolutos como relativos, com destaque para Foz de Iguaçu, Corumbá e Ponta Porã – reconhecidos espaços de grande circulação diária de imigrantes pela fronteira.

Esse quadro paradoxal é reforçado pelo potencial impacto dessa migração no contexto demográfico local, expressos por níveis relativamente elevados na razão entre a número total de entradas de imigrantes no período 2010-2016 sobre a população total do respectivo município. Nesse aspecto, destacam-se Foz de Iguaçu, Barracão e Ponta Porã, com, respectivamente, 230, 126 e 123 imigrantes “Sul-Sul” para cada 10.000 habitantes.

Por sua vez, a análise dos centros regionais, por um lado, reforça os achados destacados entre as capitais estaduais e municípios de fronteira e, por outro, traz maior complexidade para a relação entre presença no cenário político-eleitoral municipal e expressividade numérica no contexto local.

Primeiramente, nos dados da tabela 4, metade dos municípios selecionados registraram mais de 1.000 entradas de imigrantes “Sul-Sul”, no período 2010-2016, o que chama a atenção devido ao fato de serem centros urbanos distantes das capitais estaduais e das regiões de fronteiras, nos permitindo apontar para um processo importante de “interiorização” das migrações internacionais contemporâneas.

Tabela 4: Soma número de entradas e peso (%) imigrantes “Sul-Sul”
Centros regionais selecionados, 2010-2016

UF	MUNICÍPIOS	Soma SUL-SUL	% SUL-SUL	SUL-SUL /POP (por 10 mil)
SP	Campinas	4.394	48,1	40,7
SP	Santos	3.377	52,3	80,5
PR	Cascavel	2.356	94,7	82,3
SC	Balneário Camboriú	2.304	83,9	213,2
SC	Joinville	2.128	68,4	41,3
SC	Itajaí	1.648	84,2	89,9
SC	Chapecó	1.210	94,9	65,9
PR	Maringá	1.165	75,1	32,6
SP	Ribeirão Preto	1.132	50,0	18,7
SC	Blumenau	912	71,9	29,5
PR	Londrina	841	52,9	16,6
SC	Criciúma	703	86,8	36,6
PR	Ponta Grossa	516	57,9	16,6
SP	Limeira	392	53,8	14,2
PR	Toledo	299	84,7	25,1
PR	Umuarama	232	79,5	23,0
PR	Paranavaí	200	81,6	24,5
PR	Cianorte	63	70,0	9,0

Fonte: Sistema Nacional Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE), DPF. Elaboração própria.

Destaca-se também que, com exceção de Campinas, em todos os municípios selecionados, a imigração “Sul-Sul” representa a maior porção das entradas registradas localmente, destacando Cascavel, no Paraná, e Chapecó, em Santa Catarina, cuja representatividade desse tipo de migrante ultrapassa os 90% dos registros.

Quanto ao peso das entradas de imigrantes sobre a população dos municípios, observamos que um maior impacto neste aspecto não representa, necessariamente a uma presença certa da temática entre os programas eleitorais. É o que se evidencia entre os centros regionais que registraram os maiores valores do peso de imigrantes “Sul-Sul” sobre a população total dos respectivos municípios: dos cinco centros com os maiores valores, Balneário Camboriú e Cascavel registraram a presença da temática migratória no contexto eleitoral de 2016, e, por outro lado, Itajaí, Santos e Chapecó não apresentaram a temática.

O aspecto em comum com as análises anteriores refere-se a não correspondência entre maior quantidade de imigrantes e a contemplação da temática nos programas e, mesmo nos casos de municípios que registraram a sua inserção, esta foi feita por apenas um candidato, em cada município, corroborando a consideração de que somente a dimensão da expressividade numérica dos imigrantes, em si, é insuficiente para a sua visibilidade no cenário político-eleitoral local.

Para finalizar, pelo fato do estado do Paraná constituir o recorte territorial de maior interesse em nossas agendas de pesquisa, especialmente o espaço representado pela Região Metropolitana de Londrina (RML), também analisamos municípios selecionados da RML, visando atender, por um lado, os objetivos desta investigação, e, por outro, com o objetivo de contribuir com um aspecto emergente do debate, que se refere ao processo de “interiorização” das migrações internacionais contemporâneas.

Nesse sentido, vale destacar que o Paraná foi o terceiro estado em número de entradas de imigrantes totais, no período considerado, ficando atrás dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que registraram a entrada de, respectivamente, 262.736 e 113.871 imigrantes. Os dados da Tabela 5 mostram a evolução da entrada de imigrantes no Paraná, entre 2010 e 2016, com destaque para a modalidade Sul-Sul.

Tabela 5 - Quantidade e percentual (%) de entradas de estrangeiros/imigrantes Paraná, 2010-2016.

ANOS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL 2010-2016
Total entradas	2.907	3.408	4.649	5.450	7.483	7.333	6.786	38.016
Modalidade Sul-Sul	1.773	2.005	3.081	3.616	5.566	5.680	5.392	27.113
% Sul-Sul	61,0	58,8	66,3	66,3	74,4	77,5	79,5	71,3

Fonte: Sistema Nacional Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE), DPF. Elaboração própria.

Observa-se que, acompanhando o movimento nacional, o estado do Paraná também vem apresentando crescimento no número de entrada de imigrantes, além de uma participação crescente da imigração Sul-Sul, no período considerado. Com relação a essa participação, destaca-se ainda que o peso da imigração Sul-Sul tem se revelado maior para o estado do Paraná, em todos os anos considerados, quando se compara com o cenário nacional – o que sinaliza a importância dessa modalidade de imigração internacional para o contexto paranaense.

Tabela 6 - Soma número de entradas e peso (%) imigrantes “Sul-Sul” Municípios RML selecionados, 2010-2016

MUNICÍPIOS	Soma SUL-SUL	% SUL-SUL	SUL-SUL /POP (por 10 mil)
Londrina	841	52,9	16,6
Rolândia	315	86,5	54,4
Cambé	265	88,9	27,4
Arapongas	156	76,5	15,0
Apucarana	73	57,0	6,0
Ibiporã	31	60,8	6,4
Jaguapitã	27	87,1	22,1
Porecatu	9	90,0	6,3
Assaí	7	58,3	4,3
Sertãoópolis	6	75,0	3,8
Bela Vista do Paraíso	4	66,7	2,7
Tamarana	2	50,0	1,6

Fonte: Sistema Nacional Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE), DPF. Elaboração própria.

Voltando-nos, especificamente para o contexto da Região Metropolitana de Londrina, na seção anterior, foi destacado que somente Londrina e Assaí contemplaram a temática migratória nas eleições municipais de 2016. Contextos urbanos onde, por um lado, os migrantes “Sul-Sul” representam a maioria dos registros de entrada, na base de dados do SINCRE, no período recente, e, por outro, apresentam um impacto relativamente baixo do peso desses imigrantes na população total desses municípios.

Por sua vez, o que nos chama mais a atenção é a situação evidenciada por três dos municípios que compõem o grupo daqueles onde a temática migratória esteve ausente do debate político-eleitoral.

Trata-se de Rolândia, Cambé e Jaguapitã, que constituem municípios de médio e pequeno porte populacional, que vêm vivenciando, nos últimos anos, o crescimento da

presença de migrantes internacionais do tipo “Sul-Sul”, captados tanto pela elevada proporção desse perfil de migrantes no total das entradas registradas (em todos, acima de 85%) e pelo impacto dessa migração no contexto local, expressos por razões elevadas de imigrantes nas respectivas populações totais – Rolândia, Cambé e Jaguapitã registraram, respectivamente, 54, 27 e 22 imigrantes para cada 10.000 habitantes.

Na nossa avaliação, essas dimensões numéricas da presença dos imigrantes, advindos dos registros de entrada na base do SINCRE, cujas limitações requerem cuidados no manuseio e nas inferências a partir de suas informações, embora apontem para uma expressividade do fenômeno migratório recente em municípios, a princípio, “atípicos”, no que se refere às migrações internacionais contemporâneas, encontram-se aquém do que revelam outras formas de abordagem da realidade migratória no contexto regional.

Trata-se, no caso, das atuações da Cáritas Arquidiocesana de Londrina e da Pastoral do Migrante de Londrina junto aos migrantes internacionais, tanto em Londrina como nos três municípios destacados, nos quais a presença de haitianos e bengaleses vem ganhando expressividade numérica, social e política, constituindo-se em uma fonte importante de informações, imprescindível para complementação dos registros administrativos da Polícia Federal.

Com isso, essas fontes alternativas de informações sobre os imigrantes contemporâneos contribuem para a construção de uma maior “visibilidade” desses migrantes “Sul-Sul” em contextos municipais tão heterogêneos, tornando mais complexa a relação entre a presença desses migrantes e o debate político local.

5 À GUIA DE CONCLUSÃO: O QUE POSSIBILITARIA UMA MAIOR VISIBILIDADE DOS MIGRANTES INTERNACIONAIS NO CENÁRIO POLÍTICO LOCAL?

Num cenário de intensificação e maior complexidade das migrações internacionais contemporâneas, no mundo e no Brasil, vêm ganhando espaço investigações e estudos que buscam dar conta das diferentes dimensões do processo migratório, principalmente no que se refere à inserção e integração dos imigrantes no contexto da sociedade de destino.

A investigação proposta neste trabalho voltou-se para um aspecto da dimensão política desse fenômeno migratório contemporâneo, expresso pela “visibilidade” dos migrantes internacionais, em especial os do tipo “Sul-Sul”, no cenário político municipal/local, escolhendo como estratégia de pesquisa empírica a análise dos programas político-partidários,

das eleições municipais de 2016, sendo estes entendidos como uma *proxy* do nível de visão (ou de cegueira) que os partidos políticos e líderes políticos locais demonstraram em relação à presença dos migrantes contemporâneos no contexto urbano local.

Assim, as análises dos programas político-eleitorais e do quadro de entradas de migrantes internacionais “Sul-Sul”, empreendidas aqui, nos levaram a identificar alguns aspectos importantes quanto à visibilidade dos migrantes no contexto político local.

Primeiramente, nos permitiram observar que a expressividade numérica dos migrantes internacionais, em nível municipal, constitui-se numa condição básica, *sine qua non*, para que questões e temáticas relativas a eles possam compor o debate político municipal e, conseqüentemente, a agenda político-eleitoral.

No entanto, e conseqüentemente, nos levaram a perceber, também, que expressividade numérica não é suficiente para que tal conversão aconteça, nos levando a conjecturar que, para isso, a presença de outros fatores tornam-se necessárias.

Nesse sentido, os elementos da investigação aqui realizada, somadas ao conhecimento advindo de uma maior proximidade de instituições da sociedade civil que atuam junto aos imigrantes, nos permitem esboçar alguns fatores que poderiam estar associados a uma maior “visibilidade” dos migrantes internacionais contemporâneos no cenário político local – os quais são colocados aqui, não tanto como respostas definitivas, mas sim como hipóteses de trabalhos futuros. Quais sejam:

- 1) Expressividade numérica dos migrantes internacionais (fator necessário, mas não suficiente);
- 2) Existência de partidos e líderes políticos que assumam essa temática como plataforma política;
- 3) Presença e atuação de organizações da sociedade civil e/ou associações representativas voltadas para os migrantes internacionais.

Para finalizar, ainda com relação ao conteúdo das propostas de governo, argumentamos que, para que essa temática seja, de fato, contemplada no cenário eleitoral, não basta que as migrações internacionais sejam apenas submetidas a uma defesa genérica de princípios ideológicos; faz-se necessário que partidos políticos e candidatos apresentem propostas de ações concretas, baseadas na realidade das demandas dos diferentes grupos de imigrantes.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, G. O. A nova lei de migração no Brasil: avanços e desafios. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, NEPO/UNICAMP, 2018.
- BAENINGER, R. et al. (Org.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, NEPO/UNICAMP, 2018.
- _____ et al. (Org.). **Imigração haitiana no Brasil**. Campinas: Paco Editorial, 2016.
- BALTAR, C.S; BALTAR, R. Migrações internacionais e política: uma agenda “pós-materialista” para o debate político-eleitoral no Brasil? In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, NEPO/UNICAMP, 2018.
- CADERNOS, A.. **Candidatos, partidos e coligações nas eleições municipais de 2012**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, jun. de 2013.
- CARVALHAIS, I. E.; OLIVEIRA, C. R. **Diversidade étnica e cultural na democracia portuguesa: não-nacionais e cidadãos nacionais de origem migrante na política local e na vida dos partidos políticos**. Lisboa: Observatório das Migrações, julho/2015 (Estudos 56). Disponível em: <<http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/ESTUDO+56.pdf/0eb40029-173d-4c0a-96b9-b11837ee9b9f>>. Acesso em: 30 ago. 2017.
- CARVALHO, J. A. M. Estimativas indiretas e dados sobre migrações: Uma avaliação conceitual e metodológica das informações censitárias recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 31 - 73, jan./jun. 1985. Disponível em: <<https://www.rebep.org.br/revista/article/view/626>>. Acesso em: 10 abr. 2016.
- _____ ; MACHADO, C. C. Quesitos sobre migrações no Censo Demográfico de 1991. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, ABEP, v. 9, n. 2, 1992.
- CASTLES, S. Migration and Community formation under conditions of globalization. **International Migration Review**, v, 36, n.4, p. 1143 - 1168, winter 2002..
- CASTLES, S.; BOOTH, H.; WALLACE, T. **Here for good: Western Europe’s new ethnic minorities**. London: Pluto Press, 1984.
- CUNHA, J. M. P. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, Ano 20, n.39, p. 29 - 50, jul./dez. 2012.
- _____ (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para seu estudo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População, NEPO/UNICAMP, 2011. Disponível em:< <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mobilidade/cap4.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 16.

DUTRA, D. **Migração internacional e trabalho doméstico**: mulheres peruanas em Brasília. Brasília: CSEM; Sorocaba: OJM, 2013.

HUDDLESTON, T.; BILGILI, O.; JOKI, A.L; VANKOVA, Z. **Migrant integration policy index 2015**. Barcelo/Brussels: CIDOB/MPG, 2015. Disponível em: < <http://mipex.eu/sites/default/files/downloads/files/mipex-2015-book-a5.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

JACOBS, D. The debate over enfranchisement of foreign residents in the Netherlands and Belgium: absence of the ethnic minority voice? **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 25, n. 4, p. 649-663, 1999.

MARTINE, G. Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilizações. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4., 1984, Águas de São Pedro. **Anais...** São Paulo: ABEP, 1984. v. 1.

OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL MIGRAÇÕES (OIM). **Migração extraregional Sul-Sul**: um resumo das tendências emergentes. Nota de Informação, ACPOBS/2012 /NI08. OIM; Observatório ACP das Migrações, 2012.

OLIVEIRA, A.T.R. Características da imigração regular no Brasil: um olhar através dos registros administrativos. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A.T.; TONHATI, T. (Org.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Relatório Anual 2017. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social, Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2017. Disponível em: < <http://obmigra.mte.gov.br/index.php/relatorio-anual>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

_____. Relacionamento e complementaridade entre as fontes de dados sobre migrações internacionais: um estudo exploratório. In: CAVALCANTI, L., OLIVEIRA, A.T., TONHATI, T., DUTRA, D. (Org.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Relatório Anual 2015. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social / Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2015. Disponível em: < ftp://ftp.mtps.gov.br/obmigra/dados/relatorio-anual/relatorio_OBMIGRA_2015_final.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2018.

PEGO, B. et al.(Org.). **Fronteiras do Brasil**: diagnóstico e agenda de pesquisa para políticas públicas. Brasília: IPEA: MI, 2017.

PERES, R.G. Os dois lados da fronteira: imigração boliviana, gênero e o uso estratégico dos espaços. In: TEIXEIRA, P.E.; BRAGA, A.M.C.; BAENINGER, R. (Org.). **Migrações**: implicações passadas, presentes e futuras. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

PRADO, E. J.P; COELHO, R. (Org.). **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015. Disponível em: <

https://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/2744ae77-4584-4d92-b91d-185adc09ba87/Livro_Migracoes_e_TrabalhoWEB.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=2744ae77-4584-4d92-b91d-185adc09ba87>. Acesso em: 12 maio 2017.

RIBEIRO, P.J.F. Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n. 22, p. 25 - 43, jun.2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n22/n22a04.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

RIGOTTI, J. I. R. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para seu estudo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-NEPO/UNICAMP, 2011. Disponível em:< <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mobilidade/cap4.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 16.

_____. **Técnicas de mensuração das migrações a partir de dados censitários: aplicações no caso de Minas Gerais e São Paulo**. Tese (Doutorado) – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MCCR-7RQNTT>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

TELLES, H.S.; LOURENÇO, L.C.; STORNI, T.P. Partidos, campanha e voto: como o eleitor decide nas municipais. **Sociedade e Cultura**. Goiânia, v. 12, n. 1, p. 91 - 116, jan./jun. 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/download/6903/4958>>. Acesso em: 5 ago 2017.

VEDOVATO, L. R.; ASSIS, A. E. S.Q. Os vetos à nova lei de migração brasileira. A interpretação como um passo necessário. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, NEPO/UNICAMP, 2018.

VENTURA, D.; GUIMARAES, F. S.; REIS, R. (Coord.). **Imigrantes em São Paulo: diagnósticos do atendimento à população imigrante no município e perfil dos imigrantes usuários de serviços públicos**. Cosmópolis, SP: IRI-USP, 2017. Disponível em: < <http://www.iri.usp.br/documentos/eBook%20Cosmopolis.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2018.